

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO LUGAR NAS INTERAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Márcio Balbino Cavalcante

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
marcio-balbino@hotmail.com

RESUMO

Na construção de práticas sociais, o homem busca na natureza os recursos necessários para a sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento econômico, social e político. Essa relação caracteriza um paradigma global: a interdependência entre homem e natureza. Contudo, os sistemas naturais não podem estar desvinculados das políticas de desenvolvimento local, regional, nacional e global. Temos que reconhecer as especificidades das inter-relações entre os processos naturais e culturais. Nesse sentido, não se pode remeter essa relação a um problema metodológico: apreensão holística da realidade de forma superficial, ou seja, apreensão global das relações que se processam no espaço geográfico e que podem conduzir a uma generalização e simplificação da realidade.

Palavras-chave: Lugar. Sociedade-natureza. Geografia. Epistemologia.

REFLECTIONS ON THE IMPORTANCE OF PLACE IN SOCIAL AND ENVIRONMENTAL INTERACTIONS

ABSTRACT

In the construction of social practices, man seeks in nature resources necessary for their survival and for their economic, social and political. This relationship characterizes a global paradigm: the interdependence between man and nature. However, natural systems can not be disconnected from the local development policies, regional, national and global. We must recognize the specificities of the interrelationships between natural and cultural processes. In this sense, one can not refer to this relationship a methodological problem: holistic apprehension of reality in a superficial way, in seizure of global relations that occur in geographic space and can lead to a generalization and simplification of reality.

Keywords: Place. Society. Nature. Geography. Epistemology.

INTRODUÇÃO

Na construção de práticas sociais, o homem busca na natureza os recursos necessários para a sua sobrevivência e para o seu desenvolvimento econômico, social e político. Essa relação caracteriza um paradigma global: a interdependência entre homem e natureza. Contudo, os sistemas naturais não podem estar desvinculados das políticas de desenvolvimento local, regional, nacional e global. Temos que reconhecer as especificidades das inter-relações entre os processos naturais e culturais. Não se pode remeter essa relação a um problema metodológico: apreensão holística da realidade de forma superficial, ou seja, apreensão global das relações que se processam no espaço geográfico e que podem conduzir a uma generalização e simplificação da realidade.

Buscando uma compreensão mais qualificada da relação homem/natureza, entende-se que o conceito de homem não se apresenta dissociado das interações ambientais, pois é ora individual, ora social, ora biológico. Na visão de Morin (2008), a dissociação dos três termos:

Recebido em 31/08/2012

Aprovado para publicação em 25/01/2013

indivíduo/sociedade/espécie desfaz a sua relação permanente e simultânea.

Diante disso, o problema se constitui, porém, em se restabelecer a própria relação que desaparece na dissociação. Não significa que, no recorte da investigação, deva-se reduzir o social ao biológico ou vice-versa, mas conceber o homem a partir de um conceito integrado.

Esta idéia constitui um princípio norteador, diferenciado do que vem sendo assumido, há muito tempo como prática científica: analisar as questões de forma isolada - as ciências naturais deixaram de lado a apreensão da realidade juntamente com a questão cultural, e as ciências humanas deixaram de lado, simultaneamente, a realidade física das ciências naturais. A partir dessa concepção fragmentada das disciplinas no mundo acadêmico e das informações, os conceitos ficaram divididos entre as ciências que estudam a natureza e as ciências que estudam o homem.

Tendo em vista os caminhos que a nossa sociedade trilhou em relação à natureza, produzindo impactos ambientais, surge à necessidade de encontrar um método capaz de realizar articulações que possam compreender a realidade na sua complexidade.

Teoricamente, busca-se um princípio que possa articular o entendimento das relações entre homem e natureza. Nesse sentido, a expressão *meio ambiente* - muito empregada em atividades de ensino e pesquisa - não representa essa relação, porque supõe que o homem está no centro de um sistema de coisas que estão no entorno, entendendo a natureza como subjugada ao homem.

Para Morin (2008),

O ser humano não é físico pelo seu corpo. É físico pelo seu ser. O seu ser biológico é um sistema físico. Somos supersistemas, isto é, produzimos incessantemente emergências. Somos supersistemas abertos, isto significa que nenhum ser vivo tem mais necessidades, desejos e esperanças do que nós. Somos sistemas extremamente fechados, nenhum é tão fechado na sua singularidade incomunicável. Somos máquinas físicas. O nosso ser biológico é uma máquina térmica. Este ser-máquina é ele próprio chamado sociedade e num instante num ciclo maquinal chamado espécie humana. (MORIN, 2008).

Na compreensão de Morin é preciso reencontrar a natureza para descobrir a própria natureza, uma vez que a existência do caráter físico do homem separou-se da natureza a partir do trabalho e da técnica. A própria técnica, que vem superando os limites impostos pela natureza, desnaturalizou o homem e hominizou a natureza. A natureza não representa somente o físico ou o conjunto. Ela articula o antropológico, o biológico, o físico.

O homem como conceito trinário (indivíduo, sociedade, espécie) não pode ser analisado de forma isolada. O homem constrói a sociedade e esta, por sua vez, autoproduz-se por meio da transformação da natureza. Já a sociedade, como julga Marx e Engels, é natureza hominizada através do trabalho e culturalmente apropriada pelo imaginário que se transforma em "segunda natureza", ou seja, é a conscientização da própria natureza onde o natural não pode ser efetivamente desprezado.

A história da natureza e a história do homem relacionam-se em diferentes escalas de análise, em diferentes tempos. Embora o homem seja um pequeno referencial dentro da escala da natureza, a história do homem e a sua busca pelo desenvolvimento provocaram profundas mudanças na ordem das relações que se estabeleceram entre ele e a natureza. Segundo Leite (1993),

A oposição entre o natural e o construído perde o sentido a partir do momento em que a possibilidade de unificação do globo terrestre em um único sistema de serviços, informações e comunicações, de potencial ilimitado e expansão infinita, elimina a visão do natural como espaço não-organizado, não-delimitado, desprotegido, em contraposição ao construído como espaço precisamente delimitado, controlado, protegido. (LEITE, 1993, p. 139-145).

A história do homem é construída pela ruptura sociedade-natureza. A partir do momento que o homem se conscientiza de que pode alterar o seu espaço, tende a diferenciar-se dos outros animais. Quebra-se, pois, a harmonia e de fora da natureza, o homem, através das técnicas, passa a agir sobre ela. Esse distanciamento provoca uma ação e reação complexa sobre o ambiente,

tendo efeitos múltiplos: autoproduz o seu ecossistema, e concomitantemente, degrada-o.

Para reverter esta degradação, temos que pensar e agir de maneira integrada. Esta integração pode ser viabilizada por uma relação que Morin chama de *ecodependente*.

Os seres ecodependentes têm dupla identidade: uma identidade própria que os distingue e uma identidade de pertença ecológica que os liga ao meio. O turbilhão faz parte do movimento dos ventos, mas conserva sua identidade própria. O remoinho faz parte do rio, de que não passa de um momento e, no entanto, tem sua individualidade em relação à qual o rio se torna um meio, mas, ao se tornar um meio, o rio também faz parte do remoinho. (MORIN, 2008).

O ambiente – compreendido na relação ecodependente – é um ecossistema produtor e organizador de uma totalidade complexa repleta de interações que se processam na sociedade e na natureza. E, mesmo pertencendo a uma totalidade, não perde sua individualidade enquanto processo. A vida que se expressa no dia-a-dia de cada um de nós é física e socialmente integrada. O ambiente, conduzindo esta interação, constitui-se pela totalidade de fenômenos e de seres simultaneamente complementares e antagônicos entre si.

As interações ambientais estão relacionadas com aspectos subjetivos da sociedade. Esses não causam diretamente perturbações ecológicas, mas alteram indiretamente o ambiente através da relação cultural que se estabelece pelas condições subjetivas entre indivíduos e sociedade. Segundo Capra (2012),

A consciência ecológica, num sentido profundo, reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o perfeito entrosamento dos indivíduos e das sociedades nos processos cíclicos da natureza [...] paradigma ecológico é alicerçado pela ciência moderna, mas se acha enraizado numa percepção da realidade que vai além do arcabouço científico, no rumo de uma consciência da unidade de toda a vida e da interdependência de suas múltiplas manifestações e de seus ciclos de mudança e transformação.

Em última análise, essa profunda consciência ecológica é a consciência espiritual. Quando o conceito de espírito humano é entendido como um modo de consciência em que o indivíduo se sente ligado ao cosmo como um todo, fica claro que a percepção ecológica é espiritual em sua essência mais profunda, e então não é surpreendente o fato de que a visão da realidade esteja em harmonia com as concepções das tradições espirituais (CAPRA, 2012).

O LOCAL E O GLOBAL: A ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA E SUAS TERRITORIALIZAÇÕES

A aceleração do período técnico-científico-informacional atual vem sendo possibilitada pela ciência, pela técnica e pela informação num processo de formação sócio-espacial. Para o entendimento dessa contemporaneidade, pressupõe-se a compreensão da evolução do meio geográfico na relação espaço/tempo. Segundo Milton Santos (2010), o meio geográfico evoluiu em três etapas: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional.

Quanto ao meio natural, o homem mudou a natureza impondo-lhe leis, criando técnicas que comandam os tempos sociais e os limites de sua utilização. Quanto ao meio técnico, o espaço mecanizado superpõe-se e contrapõe-se aos tempos naturais. A natureza passa a ser controlada pela sociedade.

Nesse contexto, o espaço e o tempo da natureza foram alterados pelo espaço e pelo tempo da produção social. Por fim, quanto ao meio técnico-científico-informacional, a ciência, a tecnologia e a informação estão na base das formas de utilização e funcionamento do espaço (SANTOS, 2010).

No processo da globalização da economia, a natureza caracteriza-se por ser uma “mercadoria” que rompe com as fronteiras políticas e comerciais. Por isso, fala-se em visão ecológica de mundo. A escala de análise deixa de ser local, regional ou nacional para ser globalizada.

Entretanto, analisar a natureza na escala global não significa que devemos deixar de lado a escala local, uma vez que esta possui uma dupla identidade: uma própria (não redutível em escala planetária) e uma identidade comum (que faz parte de uma identidade sistêmica globalizada). A escala pode ser entendida como medida que confere visibilidade aos

fenômenos ambientais.

Efetivamente, os desequilíbrios ambientais coexistem local e globalmente. Os acontecimentos, em cada parte do território, passam a obedecer a uma lógica exteriorizada, quebrando profundamente os nexos locais (SANTOS, 2010).

O desafio que se tem hoje não é fazer uma análise individual, singular e reducionista sobre riscos ambientais, utilizando-se de técnicas sofisticadas como softwares temáticos que podem caracterizar ou mapear os problemas, ou outros recursos tecnológicos, mas buscar no espaço localmente vivido alternativas interacionistas na relação sociedade/natureza para promover uma qualidade ambiental.

Desse modo, o processo de produção e apropriação do espaço tem sido historicamente revelador de exclusão e segregação sócio-espacial. A exclusão é revelada pela eliminação de muitos cidadãos do próprio processo de produção do espaço. A segregação encaminha os cidadãos para áreas potenciais ao risco ambiental.

O lugar assume importância fundamental no processo de globalização porque ele é o cotidiano imediato, localmente vivido, portanto, objeto de uma razão global. O lugar é uma categoria importante para compreender o global, porque a modernidade já não pode emprestar seus padrões, de modelos de outras épocas. Ela encontra-se completamente abandonada, tendo de extrair de si mesma sua normatividade. A atualidade autêntica é o lugar, onde se entrelaçam as continuidades da tradição e da inovação (HABERMAS, 1987).

O lugar ganha uma nova dimensão no entendimento deste mundo global: os territórios cotidianos. Estes, conforme Barcellos (1995),

Compõem assim um par teórico cujos desdobramentos - ainda em construção - abrem possibilidades concretas à compreensão das formas de sociabilidade contemporâneas. Este novo lugar, privilegiado do social, emerge, não, para indicar que a crença no futuro realizador dos projetos da modernidade deixou de existir, mas para apontar que talvez estejam mais próximos de nós os instrumentos de mudança das condições de vida (BARCELLOS, 1995).

O cotidiano marcado por micro-attitudes, cenas efêmeras e pontuais, crenças, desejos, passa a compor as redes espaciais e ambientais, já que fundamentalmente as ações diárias do homem intervêm sobre a natureza. Essas relações, marcadas por atitudes heterogêneas, articulam-se neste mundo globalizado. As dimensões do “espaço globalizado” entram em conflitos com os lugares, profundamente marcados pelo acontecer do dia-a-dia.

Atualmente, os sistemas de produção dão-se em escalas reduzidas (locais), havendo uma relocação de empresas hegemônicas para várias partes do mundo, principalmente para países periféricos, apropriando-se dos ganhos da produção. Concomitante a isso, em função das disparidades regionais, os lugares disputam esses investimentos, acentuando desigualdades territoriais.

O debate sobre a apropriação da natureza passa a integrar, também, o discurso técnico-científico-informacional. A técnica possibilita ao homem a construção social através da apropriação da natureza para dominá-la e aos próprios homens, sendo que, na relação entre os mercados, a natureza é vista como mercadoria. Entretanto, o desenvolvimento técnico-científico, possibilita o entendimento de problemas ambientais em escala global. Daí a importância em entender os problemas ambientais no espaço das relações sociais de produção, pois a natureza é vista como “recurso” no processo de desenvolvimento das forças produtivas.

Por isso, o mundo vivencia, hoje, uma grande discussão sobre a manutenção dos sistemas naturais em nível global, porque muitos impactos são promovidos em lugares que não têm capacidade local para controlá-los. Tendo em vista o processo de globalização e suas repercussões nacionais, os riscos ambientais são gerados, muitas vezes, por técnicas gerenciadas por interesses distantes. Porém, está na própria natureza a interação entre o global e o local porque ela evidencia no espaço vivido as contradições entre as formas de apropriação e a produção social nas respectivas escalas, revelando as desigualdades sociais nas dinâmicas territoriais da sociedade atual.

A economia globalizada tenta homogeneizar os lugares, através de padrões de consumo,

porém o capital hegemônico não elimina as diferenciações territoriais, porque a diversidade do meio físico interfere nas formas de organização social. O estudo de tais formas torna-se relevante, porque questionar os limites territoriais significa questionar o que está sendo delimitado ou territorializado.

O território é a expressão das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que estão localizadas num determinado tempo e espaço. O lugar assume importância territorial devido aos conflitos entre gênero, classe, etnias, sistemas naturais (artificializados ou não) na produção do capital. O lugar é o local da produção, mas a globalização desterritorializou o capital. Não se pode conceber o lugar isoladamente, porque existe o poder “extralocal” e este está articulado com outros através de redes sociais (SANTOS, 2010).

Nesse sentido, o lugar é a referência das atividades sociais, onde se verificam as contradições entre as formas de apropriação da natureza e a produção social. Por isso, para trabalhar essas contradições, na gestão territorial, busca-se uma perspectiva de transformação social. Trata-se de uma ação territorial nos lugares, tornando as pessoas conscientes de que são partes integrantes da natureza. Pensar o agir sobre a natureza é (re)descobrir uma nova territorialidade: a ambiental, concretizada a partir de ações interativas.

O planejamento setorizado, realizado por diferentes instituições é, muitas vezes, ineficaz, pois se apresenta, formalmente, como uma referência de todas as racionalidades setoriais da própria organização espacial, não sendo equipado e identificado culturalmente com relação a elas. O planejamento torna os lugares racionalizados e, dada a forma como o espaço é manipulado, os critérios de racionalização são padronizados, não respeitando as suas individualidades e coletividades.

Nesse contexto, frente aos problemas das escolhas racionais entre os possíveis usos alternativos do espaço, torna-se necessário, então, integrar as diversas racionalidades e as subjetividades que fazem parte do conjunto da comunidade, uma vez que o meio natural e social estão traçados nas redes da mesma.

Não compreendendo esta relação, o planejamento setorizado, em unidades territoriais com funções estabelecidas por órgãos administrativos em nível local e/ou nacional, não consegue prever a dinâmica da sociedade (comportamentos coletivos e individuais ou relações entre centros de poder).

Nesse tipo de planejamento territorial, os conhecimentos dos fatos escondem-se sob uma aparente forma de organização, porque dispensa na sua construção a compreensão das ações que constroem os lugares. Essa situação reforça a impressão de que não são as coisas que importam – pessoas, casas, avenidas, praças e parques, rios e arroios – mas o que elas representam: progresso, comunicações, circulação, organização, saneamento.

A interação ecológica neste cenário de “*desordem global*” constitui um elemento de relações de poder devido à distribuição desigual da natureza e da tecnologia. A apropriação de territórios e ambientes como reserva de valor, isto é, sem uso produtivo imediato, é uma forma de controlar o capital natural para o futuro, sobretudo o controle da biodiversidade, na medida em que é fonte de conhecimento dos seres vivos, o que vale dizer, fonte de poder (BECKER, 1995).

Por princípio, numa gestão territorial, deve-se compreender as relações entre o indivíduo e o espaço na realidade a ser investigada, possibilitando a compreensão de orientações sociais presentes na organização dos lugares.

De acordo com Becker (1995), a gestão é uma prática que visa superar a crise do planejamento centralizado associada à crise do Estado. Ela expressa um fato novo: a incorporação do princípio das relações de poder. Define-se a gestão do território como prática estratégica, científica-tecnológica do poder que dirige, no espaço e no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e que expressa, igualmente, a nova racionalidade e a tentativa de controlar a desordem.

CONCLUSÃO

A relação ecodependente é sistêmica e complexa a partir de um todo organizado e articulado. Segundo Edgar Morin (2008) “podemos ver seguramente a sociedade como um todo, o

indivíduo como parte; a espécie como todo, e sociedade e indivíduos como partes. Mas, também podemos conceber o indivíduo como sistema central e a sociedade como ecossistema”.

Assim, a relação sistêmica remete a um circuito articulado, no qual o ambiente é uma unidade complexa, não somente pela abrangência dos fenômenos, mas principalmente pela não-linearidade de suas interações que remete a entendê-lo em seu caráter relacional. Essa complexidade pode ser caracterizada pelas múltiplas relações entre o indivíduo e a natureza nos lugares.

O lugar evoca relações afetivas e subjetivas que podem promover a integração ambiental e romper com visão mercantil da natureza. Para tanto, é necessário buscar na complexidade, ao mesmo tempo disjunta e associativa, a compreensão da realidade sem reduzi-la a unidades ou leis universais.

Nesse sentido, o entendimento desse paradigma epistemológico não pode ser compreendido como objeto na forma/essência ou matéria/essência formulada na construção da ciência moderna. Não há forma-molde que construa a identidade da relação homem/natureza a partir de idéias exteriorizadas (do sujeito conhecedor). É na totalidade complexa no tempo/espaço que poderá ser estabelecida a relação sistêmica (ecodependente), garantindo ações simultâneas entre partes e todo.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Jorge Alberto S. Territórios do Cotidiano: Introdução a uma Abordagem Teórica Contemporânea. In: MESQUITA, Z. e BRANDÃO, C.R. (Orgs.) **Territórios do Cotidiano: Uma Introdução a Novos Olhares e Experiências**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1995.

BECKER, B. K. A Geopolítica na virada do Milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. DAD; CORRÊA, R.L. (org.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1995.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: A Ciência, A Sociedade e a Cultura Emergente**. 30ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

HABERMAS, Jurgen. **A nova transparência – A crise do Estado de Bem-Estar e esgotamento das energias utópicas**. Novos Estudos nº 18/set. São Paulo: CEBRAP, 1987. P. 103-114.

LEITE, Maria Ângela F. P. A Natureza e a Cidade: Rediscutindo Suas Relações. In: SOUZA, M. Adélia. et al (Org.) **O Novo Mapa do Mundo – Natureza e Sociedade: uma Leitura Geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 139-145.

MORIN, Edgar. **O Método 1**. A Natureza da Natureza. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2010.